

ANGOLA: ENTRE A INTERNACIONALIZAÇÃO E AFRICANIDADE

ANGOLA: BETWEEN INTERNATIONALIZATION AND *AFRICANIDADE*.

Aleš Vrbata

ABSTRACT: This paper deals with a paradoxal position of literature in Portuguese speaking Africa. Political engagement of literature led here to the search of politico-literary-philosophical definition of national identity, search for authenticity and opened issues of “race”, “nation”, “assimilation”, “culture”, “blackness” or “*Africanidade*”. On the other hand there was a post-1990 international context with its increasing appeal for “*lusofonia*”, i.e. supranational and superracial identity whose essence would be purely linguistic and cultural and that would be an extension of ancient Portuguese “empire”. Interconnection between politics and literature in Angola means that writers (whose books are increasingly read all over the world) are those who are supposed to answer these questions. Question of national identity and the question of belonging to supranational community are thus interconnected, clash and open old wounds of slavery, colonial wars and colonialism.

KEY-WORDS: Africa; Portuguese; Angola; Angolan Letters; National Identity; Lusofonia.

RESUMO: Este artigo versa sobre posição paradoxal da literatura na África de língua portuguesa. O engajamento político das letras levou aqui por um lado à procura político-literário-filosófica da identidade nacional, a autenticidade com as suas questões de “raça”, “nação”, “assimilação”, “cultura”, “negritude” ou “africanidade” e por outro o contexto internacional de pós-1990 apelam à “lusofonia”, i.e. uma identidade supranacional e supra-racial cuja essência seria puramente linguística e cultural e que seria uma extensão do “império português” de outrora. A interligação entre política e literatura significa que a resposta à estas questões se espera dos escritores cujas obras são lidas cada vez mais também no exterior (Europa, Brasil, EUA). Questão da identidade nacional e a questão do pertencimento à uma comunidade supranacional são então interligadas, chocam-se e abrem as velhas mágoas da escravidão, guerras coloniais e colonialismo em si.

PALAVRAS-CHAVE: África; Português; Angola; Letras Angolanas; Identidade Nacional; Lusofonia.

Editor-Gerente

[Ivaldo Marciano de Franca Lima](#)

Editores

[Detoubab Ndiaye](#), Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus II

[Dr. Pedro Acosta Leyva](#), UNILAB - São Francisco do Conde /Ba, Brasil

ANGOLA: ENTRE A INTERNACIONALIZAÇÃO E AFRICANIDADE

Aleš Vrbata¹

INTRODUÇÃO: LUSOFONIA

Neste artigo eu vou mostrar a tensão existente entre os dois conceitos recorrentes, possíveis de serem sentidos na parte africana do mundo lusófono. Por um lado há a tendência internacionalizante da língua portuguesa, exemplificada nas instituições como PALOP, CPLP, Instituto Camões e o aumento do prestígio internacional da literatura escrita em português. Por outro lado há uma questão da identidade nacional das jovens nações e estados africanos que continua sendo não resolvida, tanto na prática quanto na teoria, e que está se tornando um grande desafio para estes países, notadamente seus intelectuais mais proeminentes.

Na primeira parte do artigo irei discutir mais detalhadamente o conceito da lusofonia – da perspectiva linguística, histórica e da perspectiva da internacionalização de português. Na segunda parte irei abordar o conceito da lusofonia como “lugar” onde se encontram as aspirações internacionais das elites políticas e intelectuais africanas, e a questão da identidade nacional, ou sua autenticidade que por agora não foi respondida na forma satisfatória, e que continua sendo abordada pelos escritores africanos. Neste contexto, irei dedicar a atenção especial a Angola e ao escritor angolano José Eduardo Agualusa.

A - Lusofonia - linguisticamente

Lusofonia é um conceito relativamente novo, conforme vários autores, e tem várias definições por vezes bastante contraditórias. Por exemplo, Carlos Reis, referindo-se aos vários dicionários, apresenta vários aspectos. Aqui temos alguns deles: no Novo Dicionário da Língua Portuguesa² a lusofonia é definida da seguinte maneira: “Adoção da língua portuguesa como língua de cultura ou língua franca por quem não a tem como vernácula; tal ocorre, p.ex., em vários países de colonização portuguesa.” No Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa (2001) encontramos três significados da lusofonia: “1. Qualidade de ser português, de falar português; o que é próprio da língua e cultura portuguesas,

¹ Membro dos grupos de pesquisa NEC (Núcleo de Estudos Canadenses) e CELFCAAM (Centro de Estudos em Literaturas e Culturas franco-afro-americanas) da UEFS, doutor em história pela Universidade Carolina, Praga (Rep.Tcheca) e UnB, Brasília. alesvrbata@hotmail.com

2. Comunidade formada pelos países e povos que tem o português como língua materna ou oficial, 3. Difusão da língua portuguesa no mundo.”

E finalmente, o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001) nos diz: “1. Conjunto daqueles que falam o português como língua materna ou não 1.1.conjunto de países que tem o português como língua oficial ou dominante [A lusofonia abrange, além de Portugal, os países de colonização portuguesa, a saber: Brasil, Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe; abrange ainda as variedades faladas por parte da população da Goa, Damão e Macau, na Ásia, e ainda a variedade de Timor, na Oceânia] (REIS, 2010, p. 10-12)”.

Numa perspectiva etimológica, o conceito de “Lusofonia” é fruto da composição das palavras “Lusitânia” e “fonia”. A primeira, Lusitânia, era um termo romano usado para se referir ao território correspondente, grosso modo, com o que é hoje Portugal (na época seus limites ao norte eram o rio Douro e abrangia as atuais províncias espanholas de Salamanca, Cáceres e Badajoz). A segunda, “fonia” (*φωνία*; falar, língua) é uma palavra grega. No que tange a lingüística, “lusófono” ou “Lusofonia” é o conceito que serve para denominar o conjunto das pessoas que tem o português como língua, mas também para indicar o sentido geopolítico – neste caso a palavra incorpora todos os países onde o português é a língua oficial: na Europa, Portugal; na América, Brasil; na África, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola, São Tomé e Príncipe, Moçambique, e na Ásia, Timor Leste. Contudo, é mais que isso.

A Lusofonia inclui também a Galiza, i.e. Comunidade Autônoma espanhola (parte significativa da população da Galiza fala ou entende português), enclaves como Goa (Índia), Macau (China) e várias outras regiões do mundo. Segundo Rodrigues Moura (2015) a Lusofonia engloba também as línguas crioulas baseadas no português (Ilhas ABC: Aruba, Bonaire e Curaçao) ou comunidades da emigração portuguesa (EUA, Venezuela, África do Sul, Austrália, Alemanha, França, Bélgica, Luxemburgo, etc.) (RODRIGUES MOURA, 2015, p. 79). Sílvia Elia, por sua vez, dividiu a Lusofonia em quatro grupos: 1) Lusitânia Antiga (Portugal), 2) Lusitânia Nova (Brasil), 3) Lusitânia Novíssima (países africanos da língua portuguesa, e também, a partir do ano 2002, Timor Leste) e 4) Lusitânia Perdida (antigos territórios como Goa, Macau e vários entrepostos na Ásia e África) e Lusitânia Dispersa (comunidades de migrantes espalhadas pelo mundo) (ELIA, 1989).

a. Lusofonia - historiograficamente

² Aurélio, edição de 1986.

A variabilidade das definições é evidente, e demonstra a complexidade da Lusofonia. Não é preciso lembrar que a Lusofonia carrega também o peso do colonialismo português. Não é um assunto que diga respeito apenas a Lingüística, mas também a História, e a outras áreas, a exemplo das Relações Internacionais, além de ser uma questão eminentemente política. No momento em que se conclui a divisão bipolar do mundo, a lusofonia começou a se institucionalizar. Segundo Rodrigues Moura, “o fim da Guerra Fria permitiu uma reorganização do mapa geopolítico mundial, o que facilitou que Portugal impulsionasse, em estreita colaboração com o Brasil, a criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa e várias instituições próximas, como o Instituto Camões, ou o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, além de uma infinidade de associações ou conferências setoriais de caráter lusitano” (RODRIGUES-MOURA, 2015, p. 80).

No dia 17 de Julho de 1996 nasceu a CPLP (Comunidade dos Países da Língua Portuguesa) e no dia 25 de Julho de 2008 os seus estados membros aprovaram uma declaração comum na qual colocaram os alicerces da internacionalização política, jurídica e cultural da língua portuguesa (Declaração sobre a Língua Portuguesa) onde os estados membros se comprometeram a atuar juntos “no processo de efetiva mundialização da Língua Portuguesa” por meio “Do apoio à introdução da Língua Portuguesa em Organizações internacionais, regionais ou agências especializadas, bem como à sua utilização efetiva em todas aquelas Organizações onde o Português já constitui língua oficial ou de trabalho” (CAETANO – GRAYLEY 2010, p. 12-13). Parece que o espaço linguístico que estava se formando a partir do século XV, no contexto do colonialismo português e do conceito do “império”, assume hoje – no contexto da globalização – forma do espaço cultural e linguístico lusófono que aspira pela maior projeção internacional.

Como a história nos ensina, língua e o império andam de mãos dadas. Defendendo a interdependência entre língua latina e o Império Romano, o pensador renascentista Lorenzo Valla formulou a tese, no século XV, de que: “*Ibi nanque Romanum imperium est, ubicunque romana lingua dominatur*” (pois onde língua romana domina, lá está o Império Romano) e como António de Nebrija afirmou, em 1492, “*simpre la lengua fue compañera del imperio*” (NEBRIJA apud RODRIGUES-MOURA 2015, p. 80). Falando sobre a projeção internacional do português, temos que levar em consideração essas teses sobre a associação entre língua e império. E império – como se sabe – é obra “civilizacional” que inclui também a violência como parte inerente deste processo.

Quando o Estado Novo português foi derrubado em 1974, e países como Angola e Moçambique alcançaram sua independência, estabeleceu-se uma complexa relação com a língua

portuguesa. Os dois países quiseram ocupar vagas na ONU e também precisaram unificar os seus territórios há pouco adquiridos. No passado, a língua do colonizador serviu não só como elo comum da coesão territorial e unificadora de ambos os países. É verdade que durante décadas, depois de 1974, não se sabia se o português iria se consolidar como língua oficial em Angola e Moçambique, mas “a intervenção política e educativa de Portugal foi fundamental para que os próprios governos das ex-colônias, e de modo especial, os seus cidadãos, fizessem sua a língua portuguesa” (RODRIGUES-MOURA, 2015, p. 81).

É curioso, de certa forma, que o país colonial (Portugal) tenha lutado através de sua diplomacia para a independência da sua ex-colônia (por ex. Timor Leste nos anos 2002-2003) e que o que foi outrora a língua de dominação tenha se tornado a língua de libertação. O Brasil, mesmo que com percurso diferente, também adotou a língua portuguesa aculturada no seu espaço cultural e político. A Lusofonia tem então, raízes profundas que não só unem, mas também abrem espaços para diversas variantes da língua portuguesa. Essa unidade em meio a diversidade é, aliás, bem visível em autores como Oswald de Andrade, Fernando Pessoa ou José Eduardo Agualusa.

b. Lusofonia: letras e internacionalização de português

A partir de 1996 as questões relacionadas com a língua tornaram-se parte da política exterior dos países lusófonos que, hoje em dia, esforçam-se pela maior visibilidade e uso dessa língua na política externa. Isso não é nada ilógico – a língua portuguesa se encontra presente em todos os continentes. Ainda por cima o Brasil é o maior país da América do Sul, e aspira ao assento de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Além disso, a língua faz parte das questões relacionadas com a política internacional. Assim, a literatura em português cumpre um papel importante na projeção internacional dos países lusófonos.

Em entrevista o escritor angolano José Eduardo Agualusa afirmou:

(...) quantos turistas já levou o Jorge Amado à Bahia? Qualquer um dos seus livros faz mais por Salvador do que todas as campanhas publicitárias. Fernando Pessoa também traz turistas à Lisboa. É realmente maior do que se possa pensar o impacto a nível internacional e até económico da literatura. Por outro lado, muitas pessoas chegam à Língua Portuguesa pelo fascínio que sentem por algum dos seus autores (NUNES, 2010, p. 14).

A política linguística significa a presença nos festivais internacionais de livro, política do apoio das traduções ou apoio do estudo da língua portuguesa no exterior, dentre outras questões.

Não se trata de nada ingênuo ou irrealista, pois, como diz Agualusa, “viajo muito e verifico que se for a uma livraria em Amesterdão, Londres ou Nova Iorque, já encontro uma mão cheia dos autores do nosso idioma” (NUNES, 2010, p. 15).

A promoção internacional da língua portuguesa no contexto da globalização cabe aos governos de todos os países de língua portuguesa, mas também faz parte da política da CPLP, do Instituto Internacional da Língua Portuguesa ou do Instituto Camões. Se o apoio à globalização da língua portuguesa é um dever para o futuro, dentro do mundo lusófono a circulação e visibilidade dos autores da língua portuguesa crescem bastante, nomeadamente entre Europa, África e América:

Um número certo de escritores de ficção africanos lusófonos tem um público leal de leitores em Portugal e no Brasil. Nas livrarias portuguesas, os angolanos Pepetela (Prémio Camões 1997), José Eduardo Agualusa e Ondjaki, e o moçambicano Mia Couto (Prémio Camões 2013), Paulina Chiziane e João Paulo Borges Coelho são os que maior visibilidade têm. Mas a lista é mais extensa e uma procura mais trabalhosa pelas livrarias traz os moçambicanos Luis Bernardo Honwana, Ungulani Ba Ka Khosa, José Craveirinha (Premio Camões 1991), e Lilia Momplé; para além dos angolanos Luandino Vieira, Ruy Duarte de Carvalho e Mário de Andrade; ou o cabo-verdiano Germano de Almeida (GOMES, 2015, p. 29).

AS LETRAS NA POLÍTICA: ENTRE LUSOFONIA E IDENTIDADE/AUTENTICIDADE

Para alguns se trata de movimento de um “imaginário” ao outro. Enquanto no passado se tratou do “império” com a metrópole em Lisboa, hoje em dia se fala do “mundo lusófono” sem saber exatamente onde fica o seu centro. No entanto, este mundo e a sua língua são pluri-continuais e não pretende ser fechado em si e isolado. O caráter e a identidade deste espaço continuam sendo debatido em termos de uma interdisciplinaridade. Até que ponto se trata – em termos de Eduardo Lourenço – do espaço comum com o centro em Portugal, pressupondo fraternidade e igualdade? Até que ponto rege nele o espírito do passado e a “imaginação imperial” que não quer sair – i.e. nostalgia imperial – como o indica Fernando Rosas¹ ou pesquisas da Sheila Khan?² É a dominação da simetria ou assimetria cultural uma consequência inevitável dos últimos quinhentos anos?

¹Num dos seus livros, Rosas menciona um dos mitos especificamente portugueses associados com a colonização que continua sobrevivendo, i.e. mito da vocação lusitana inata e específica para a miscigenação nos trópicos. No seu ver se trata de “narrativa legitimadora da continuidade do colonialismo português em África. Mito vivaz até hoje, mesmo no discurso oficioso do Estado (...) recentes investigações revelam, também no caso português, e subjacente à retórica luso-tropicalista (...)” ROSAS, Fernando. *África à África*, Lisboa: Tinta-da-china, 1918, p. 12.

² Sheila Khan pesquisa narrativas da pós-colonialidade nos países africanos da língua portuguesa. Ela identificou uma parte da narrativa africana que continua sendo ignorada, negligenciada e não reconhecida nos textos

Referindo-se ao filósofo e economista Immanuel Wallerstein, e ao sociólogo Sousa Santos, a escritora Aida Gomes, no seu depoimento pessoal, denomina o mundo lusófono e as suas literaturas de “semi-periféricos”. Mapeando o sistema mundial contemporâneo, Wallerstein traçou a linha hierárquica “*centro – semi-periferia – periferia*”. O centro se esforça por maximizar o poder político, econômico e cultural, enquanto as periferias (culturalmente silenciosas e invisíveis, economicamente miseráveis) são subordinadas e submissas. Semi-periferias funcionam como “zona tampão” entre os dois, são “zonas fronteiriças”. Também o cânone literário mundial está definido pelo “centro”: define o cânone cultural pan-europeu considerado “nobre” (formado pelos clássicos como Goethe, Shakespeare, Cervantes, Balzac, Dostoievski ou Dante). Adotando conceito de “zona fronteiriça” de Sousa Santos, Gomes afirma que “o cânone literário português (...) não tem como impor Camões no mesmo patamar” (GOMES, 2015, p. 26) e que tanto Brasil quanto Portugal, em sua condição de “semi-periféricos” colam-se “por inerência aos países africanos lusófonos o dístico de periferia” (GOMES, 2015, p. 28).

Mas, nos países africanos – talvez mais do que em Portugal ou no Brasil – o papel dos escritores e literatura na política, bem como na formação da identidade, é provavelmente muito maior. A produção dos escritores africanos é altamente politizada, pelo menos a partir dos anos 1950 e 1960. Assim, a literatura é ainda hoje um instrumento político usado não só para a promoção da lusofonia, mas também como meio de revisitar o passado traumatizante, constituído por complexos culturais que ainda hoje continuam pesando na psique Africana:

Muitos escritores nos cinco países independentes africanos (Cabo Verde, Moçambique, Angola, Guiné-Bissau e São Tomé) tiveram o conteúdo dos seus produtos literários politizados, tal foi a herança das lutas de libertação das décadas de 1950 e 1960. Algo fortalecido pelo patrocínio direto do estado à literatura, logo após a independência (GOMES, 2015, p. 32-33).

Tudo indica que em todos os países africanos da língua portuguesa a literatura se tornou um instrumento da política nacional/local e internacional também. Depois de 1974 este fato interligou política e literatura mais do que em qualquer outro país. Mais do que em outros países, em Angola independente uma grande parte dos ministros do primeiro governo independente foi formado por escritores e poetas. O próprio primeiro presidente Agostinho Neto, nascido em

historiográficos portugueses. São “outras vozes” ou “outras subjetividades” que deveriam ser incluídos na historiografia portuguesa. Uma parte dessas vozes “órfãs” são aquelas que adotam a identidade dos migrantes ou imigrantes, frequentemente descendentes do antigo empreendimento colonial. Essas vozes (frequentemente silenciadas) traduzem realidades socialmente periféricas também na pós-colonialidade portuguesa.

1922, era um poeta. Pepetela, escritor nascido em 1941, tornou-se ministro da educação, e Manuel Rui, nascido em 1941, também era um escritor que virou ministro de informação.

Para aprofundarmos essa ligação entre a literatura e política em Angola, lembremos que foi David Birmingham que recentemente chamou atenção à figura do escritor António de Assis Júnior (1887-1960) (BIRMINGHAM, 1999, p. 174). Segundo Birmingham, Assis pode ser considerado precursor dos escritores angolanos dos anos 1950 politicamente engajados. Birmingham acredita que Pepetela é aquele que melhor representa Assis, como herdeiro direto deste: *“the most striking heir to Assis and his historical novel and his fictional social commentary came from a white Angolan freedom-fighter with the MPLA, Artur Pestana, who wrote under the pseudonym Pepetela”* (BIRMINGHAM, 1999, p. 180).²

Como vemos antes de servir para a promoção da mundialização do português e da lusofonia, a literatura tinha outros papéis, alguns destes mais delicados. Como ainda veremos, trata-se da missão terapêutica – cura através da revisita – o papel de procura da identidade através da revisita do passado. Através da literatura podemos visitar o passado traumatizante, complexos culturais que ainda hoje continuam pesando na psique africana, levam à reprodução dos velhos padrões psicológicos coletivos. Estudos de complexos culturais recentemente desenvolvidos esclarecem bem quais pontos a literatura toca:

To summarize, cultural complexes are based on repetitive, historical group experiences which have taken root in the cultural unconscious of the group. At any ripe time, these slumbering cultural complexes can be activated in the cultural unconscious and take hold of the collective psyche of the group and the individual/collective psyche of individual members of the group. The inner sociology of the cultural complexes can seize the imagination, the behavior and the emotions of the collective psyche and unleash tremendously irrational forces in the name of their “logic.” (SINGER – KIMBLES, 2004, p.7).³

O texto acima referido mostra que a psicologia coletiva tem as suas implicações políticas e sociais. O mesmo pode ser dito sobre a literatura. Se Birmingham considera Assis um precursor e ancestral da intelectualidade engajada angolana, nós precisamos lembrar alguns que poderiam constituir a herança dele. Enquanto para Birmingham, o herdeiro direto de Assis é Pepetela, para o antropólogo Carlos Serrano é Viriato da Cruz (1928-1973), fundador do movimento literário

² O que surpreende é que o herdeiro de Assis, do romance histórico e dos comentários fictícios sociais, é a figura do angolano branco, guerreiro por liberdade do MPLA, Artur Pestana, quem escreve sob pseudônimo Pepetela.

³ Resumindo, o complexo cultural se baseia nas experiências repetitivas de um grupo histórico que se enraizaram no inconsciente cultural do grupo. Em qualquer momento propício, estes complexos culturais adormecidos podem ser ativados no inconsciente cultural e empoderar-se da psique coletiva do grupo e da psique individual/coletiva dos membros individuais do grupo. A sociologia interior dos complexos culturais pode apoderar-se da imaginação, comportamento e emoções da psique coletiva e desencadear forças extremamente irracionais em nome da “lógica” deles.

“Vamos descobrir Angola”, que representa o impulso original da procura pela autenticidade nacional.

Mesmo que tenha escrito apenas um livro de poemas (1961), Serrano lhe aponta como “figura central na criação de uma identidade num contexto colonial em que a africanidade foi retomada em angolanidade, criando um angolano supraétnico, suprarracial e unificado, um ‘eu coletivo’, algo orientar a construção da identidade nacional” (GOMES, 2015, p. 33). Só mencionar o seu nome é uma revisita importantíssima, porque enquanto “os seus poemas ainda pairam no imaginário da cultura popular angolana, (...) o seu nome foi riscado do partido e da formação da nação, sendo também quase invisível no cânone oficial da literatura” (GOMES, 2015, p. 33).

Não há dúvida de que a política exterior de Angola se insere no projeto da lusofonia. Mas, além disso, Angola continua na procura da sua própria identidade. Neste contexto, Aida Gomes discute sobre as questões em torno do “papel patriótico da literatura”(GOMES, 2015, p. 34). A expressão disso foi, por exemplo, a anúnciação do governo angolano, em 2007, da publicação oficial da *História da literatura angolana*, ou a *Academia Angolana de Letras*, fundada em 2016. Vários autores indicam que a literatura angolana, já a partir da época do “império” português, está permeada pelos temas que levam a politização e nacionalização. No entanto, parece que ainda não existe acordo geral sobre a angolanidade:

Se o apelo à angolanidade do período colonial enunciou uma identidade angolana multirracial e multifacetada (ou, por outras palavras, a aceitação de que séculos de colonização resultaram numa miscigenação cultural), a politização da literatura angolana restringiu o conceito da angolanidade. A questão de uma Angola crioula é refutada por alguns críticos literários que defendem que as obras que retratam o ambiente de lutas e batalhas por um país independente e as que dão enfoque à tradição e oralidade dos mitos, crenças e valores de uma Angola ancestral são, sim, amostras naturais de uma literatura verdadeiramente representante da angolanidade (BACH, 2011, p. 10).

Apesar da política da lusofonia, Angola está sofrendo por questão por agora não resolvida: questão da identidade nacional ou autenticidade. Isso é outro papel político das letras na África. No passado foi “papel na formação de ideias e de movimentos que contribuíram para o nacionalismo, para o processo independentista e para o processo de paz”, mas ainda hoje a literatura é chamada a “servir interesses políticos” (GOMES, 2015, p. 34). Isso é algo que ocorre em vários países africanos. Segundo Gomes, o esforço para estabelecer um cânone literário nacional, segundo a história (oficiosa) da literatura angolana, é significativo, mas este cânone não é muito estável porque a literatura africana sofre de muitos problemas.

José Eduardo Agualusa afirma, de forma reiterada, que a África da língua portuguesa e as literaturas dela estão fechadas em si – diferentemente da África anglo-saxônica ou francófona. Agualusa é frequentemente visto como um predecessor da África aberta, e como teórico da identidade nacional angolana crioula. Ele apresentou essa perspectiva nos romances dele, notadamente *Nação crioula* e *Estação de chuvas*. A protagonista do primeiro destes dois romances é a escritora angolana Lúcia do Carmo Ferreira, que se considera crioula e que Agualusa vê como uma protagonista, e maior exemplo da “angolanidade crioula”, uma “mistura de uma Angola profunda e da velha Europa” (LUNA/SILVA 2011, apud GOMES 2015, p. 35).

Por isso atribuí aos Angolanos as mesmas características crioulas dos habitantes das Antilhas, Cabo Verde, São Tomé ou Brasil. Mas, talvez essa posição de Agualusa decorra das visões da natureza da própria língua, porque para ele a língua (portuguesa) é “naturalmente mestiça”, “algo construído, todos os dias, por todas as pessoas que a falam” (...). “Quanto mais conheço a Língua Portuguesa mais claro é para mim que é uma construção conjunta, um brinquito comum”. Por isso o engajamento dele na internacionalização da língua portuguesa não é nada de surpreender: “acho que estamos a viver um bom momento. Pela primeira vez na história, existe uma paz lusófona (...) Existe hoje um grupo de escritores em Língua Portuguesa com presença internacional, o que me parece que tenha havido antes, de uma maneira tão forte e com tanta projeção” (NUNES, 2010, p. 14-15).

Mas, esta perspectiva não é a única. Por exemplo, Luís Kandjimbo e outros autores a rejeitam, porque para eles a maioria dos Angolanos compartilha a origem negra/africana e língua bantu, características que não podem levar à definição crioula da nação. E outras perspectivas rejeitam ideia de assimilação de escritores brancos em Angola ou Moçambique. Autores brancos como Pepetela, Agualusa ou Couto são considerados africanos só pelas atitudes, questões culturais, formas de escrever.

Enquanto a escrita africana anglo-saxônica e francófona tem a tendência de obedecer ao padrão do inglês e do francês, em cinco países africanos de língua portuguesa não é assim. Nestes podemos observar uma grande elasticidade da escrita e fala e, conseqüentemente, de um hibridismo linguístico. Esta elasticidade, baseada num hibridismo lingüístico, começou na época colonial. Já antes do nascimento das designações de literatura angolana ou moçambicana, os textos aqui publicados deixaram de ser espaço exclusivo da europeidade (LARANJEIRA, 1995).

3

³ LARANJEIRA, Pires. Formação e desenvolvimento das literaturas africanas de língua portuguesa: formação e desenvolvimento das literaturas. Realização de Artur Azedo; tecnóloga Helena Leão. Lisboa: Universidade Aberta, 1995, 1 prog. vídeo (17 min., 04 seg.). <https://vimeo.com/user34119652/review/160816759/fb76ed60f4>

E hoje em dia as teses da mestiçagem linguística são bastante comuns – estão presentes nos autores como Luandino Vieira (romance *Luanda*, 1963) ou nas obras dos anos 1950, do poeta moçambicano José Craveirinha ou Rui Knopfli. Os dois delineiam linhas finas entre o cosmopolitismo e nativação. Justamente nesse fenômeno identificamos o padrão típico para um processo cada vez mais visível, processo que começou depois da Segunda Guerra mundial: diluição das formas ou padrões ocidentais. Trata-se de um processo lento, às vezes sutil e nem sempre tão visível, mas é um processo persistente e acompanhado pela diluição daquilo que outrora gozou de muita autoridade e respeito: autoridades políticas e sociais, critérios e cânones que estão saindo do pedestal, tanto na política quanto na sociedade ou arte. Esse processo ocorre também na África.

A África das primeiras décadas do século XXI não é a mesma das lutas da autodeterminação dos anos 1950. Aliás, o mundo inteiro não é o mesmo de décadas atrás. O mundo de hoje caracteriza-se pela diluição das formas e das velhas autoridades. Assim também as noções de forma, por excelência, como “nação”, “identidade”, “fronteira” ou “cânone” estão sujeitos à diluição. Pode ter, dentro do contexto contemporâneo, os velhos nacionalismos ainda algum peso? E se podem, qual?

Assim falou o escritor e poeta senegalense Amadou Lamine Sall, antigo presidente da *Association des Écrivains du Sénégal* (1989-1992), sobre a “construção da nação” na África em 1999:

S’il est affirmé chez les Européens que la Nation a préexisté à l’État, c’est que de façon générale, l’État est défini comme la personification juridique de la Nation. Mais chez nous en Afrique, il s’agit de tout autre chose. Nous en sommes encore à la phase de construction de la Nation, et l’État, né de l’indépendance, a en charge cette construction. Les données sont donc ici inverses: la Nation va voir le jour grâce à l’action de l’État. (...) En Afrique, il est difficile de dire que la Nation existe. D’ailleurs, on parle toujours de “construire la Nation” comme si cette construction ne finira jamais. (...) Dans un tel contexte, il est utile de développer une politique multiraciale, multireligieuse qui conduit au dialogue des nations et des peuples. On le voit, le concept de nation est fragile, plus fragile encore quand il est l’objet d’enjeux politiques... (SALL, 1999, p. 62-63).⁴

ENTRE GLOBALIZAÇÃO E PROCURA DA IDENTIDADE

⁴ Se os europeus dizem que a nação preexistiu o estado, isso significa que geralmente o estado se define como a personificação jurídica da nação. Mas, na nossa África se trata da outra coisa. Lá ainda estamos na fase da construção da nação, e o estado nascido da independência cuida dessa construção. Por isso os dados aqui são inversos: a nação vai nascer graças à atuação do estado. (...) Na África é difícil dizer que a nação existe. Aliás, falamos sempre da “construção da nação” como se essa construção nunca acabasse. (...) Dentro do contexto assim

A África existe dentro do mundo globalizado. Não tem como evitar a globalização ou mundialização. Isso se aplica também à África da língua portuguesa. Mas, ao mesmo tempo ela faz parte dos projetos da integração regional. Enquanto ela faz parte das organizações regionais (OUA: Organização da Unidade Africana, fundada em 1963; PALOP: Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa) ela faz parte dos projetos que visam a integração nos processos que abrangem outros continentes (CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, fundada em 1996). A África em si está na procura da sua própria identidade, o que é um processo difícil e conflituoso, que abrange tanto a memória coletiva quanto as políticas do presente e do futuro. Enquanto a globalização cria certo tipo da pressão do exterior, a procura da identidade forma outro tipo da pressão do interior. Essa realidade produz um contexto de difícil entendimento. Como vimos, existem modelos de “nação crioula” ou “crioulização” dos povos ou “nações” africanas. Podemos entendê-los como tentativas de conceituar a nação africana como híbrida, ou como definir uma africanidade híbrida, tentativa de seguir um “meio caminho” entre a africanidade negra e a África europeizada. Conceitos assim respondem também ao processo acima descrito como diluição das formas outrora firmes e sólidas.

Ainda por cima, no século XXI as noções do espaço e do território se diluem e as fronteiras não correspondem com aquilo que as elites de outrora definiram como expressão da identidade geopolítica. Apesar da diluição (visível em todos os continentes) nos países de língua portuguesa, ocorreu a ratificação de um acordo ortográfico, o que é “uma das raras ocasiões em que a Lusofonia pareceu estar unida numa causa comum” (GOMES, 2015, p. 37). Desta perspectiva a Lusofonia é uma das “novas” formas e estruturas sob construção, dominadas pela diluição e dissolução. Mas, o surgimento dela está rodeado pelos inúmeros debates. O que consideramos um fenômeno novo e especial é o papel da literatura, letras e escritores nesse processo de diluição e redefinição das formas e estruturas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BACH, Carlos Batista. José Eduardo Agualusa e o cânone literário angolano. **Nau literária: crítica e teoria de literatura** V. 7, no. 1, p. 1-10, jan/jun 2011.

BIRMINGHAM, David. **Portugal and Africa**. London: Palgrave, 1999.

BUANAISSA, Eduardo Filisberto. Repensando a Lusofonia: uma leitura a partir da África. In: Rodrigues-Moura, E.; Wieser, D. (Orgs.). **Identidades em Movimento. Construções**

parece útil de desenvolver uma política multirracial, multireligiosa, que nos leva a um diálogo das nações e dos povos. Como o vemos, o conceito da nação é frágil e frágil ainda mais quando se torna objeto dos assuntos políticos.

Identitárias na África de língua portuguesa e seus reflexos no Brasil e em Portugal. TFM: Frankfurt am Main, 2015, p. 45-66.

CAETANO, João; VILLELA GRAYLEY, Monica. Português na ONU. Um desafio à internacionalização. In: **Jornal de Letras**, 5 a 18 de Maio de 2010, p. 12-13.

GOMES, Aida. Por uma literatura sem muros. Um depoimento. In: Rodrigues-Moura, E. – Wieser, D. (Orgs.) **Identidades em Movimento. Construções Identitárias na África de lingual portuguesa e seus reflexos no Brasil e em Portugal.** TFM: Frankfurt am Main, 2015, p. 17 - 43.

NUNES, Maria Leonor. José Eduardo Agualusa: A minha língua dá um livro. In: **Jornal de Letras** de 5 a 18 de Maio de 2010, p.14-15.

REIS, Carlos. Lusofonia: A lingual como ‘ovo das galinhas de ouro’. In: **Jornal de Letras**, de 5 a 18 de Maio de 2010, p.10-12.

RODRIGUES-MOURA, Enrique. Lusofonia em movimento: lingual, culturas, nações. In: Rodrigues-Moura, E. – Wieser, D. (Orgs.) **Identidades em Movimento. Construções Identitárias na África de língua portuguesa e seus reflexos no Brasil e em Portugal.** TFM: Frankfurt am Main, 2015, p. 67-92.

RODRIGUES, Joana Gorjão. A Voz de Agualusa em inglês. In: **Ípsilon**, sexta-feira 11 Maio 2007, p. 40-41.

ROSAS, Fernando. **África a África.** Lisboa: Edições Tinta-da-china, 2018.

SALL, Amadou Lamine. “Conférence: Nations”. In: BERNARD, Benoît-Jean (Org.). **Citoyenneté, Nations, Supranationalité. Premier colloque international de l’Association internationale des études québécoises.** le 14 mai 1998, L’Université Laval, Laval: Les Cahiers Scientifiques, 1999, p. 61-67.

SINGER, Thomas – KIMBLES, Samuel. **The Cultural Complex. The Contemporary Jungian Perspectives on Psyche and Society.** London: Routledge, 2004.

Recebido em: 10/03/2019

Aprovado em: 16/04/2019